

ACHEGAS PARA UMA POLITICA DE LEITURA EM PORTUGAL

Encontro BAD

BIBLIOTECAS PÚBLICAS: QUE FUTURO?

Coimbra, Junho 2015
Margarida Custódio Frois

“Na Finlândia, os Municípios são responsáveis pela organização local dos serviços de Bibliotecas.

O Governo Central atribui subsídios aos Municípios que cobrem cerca de 40% das despesas das Bibliotecas Públicas que, por seu lado também obtêm subsídios de 25 a 50% dos custos para a construção de novas instalações.

A Biblioteca Pública é o serviço cultural mais utilizado na Finlândia: aproximadamente 80% da população utiliza estes serviços.”

Retirado do site da embaixada da Finlândia em Portugal:

<http://www.finlandia.org.pt/public/default.aspx?contentid=124121>

O que distingue a realidade Portuguesa da Finlandesa?

Começo por analisar alguns quadros estatísticos que me parecem interessantes como suporte para a minha comunicação.

QUADRO 1

Cálculo da **ALFABETIZAÇÃO** na Europa entre 1850 e 1950, a partir de Censos, taxas de alfabetização de recrutas e condenados, e assentos matrimoniais.

PAISES	1850	1900	1950
Países Nórdicos, Alemanha	95%	96%	98%
Escócia, Holanda e Suíça Inglaterra e País de Gales	70%	88%	98%
França, Bélgica e Irlanda	55%	80%	98%
Áustria e Hungria	35%	70%	98%
Espanha, Itália e Polónia	25%	40%	80%
Rússia, Balcãs e Portugal	15%	25%	U.R.S.S. - aprox. 90%; Bulgária e Roménia - 80% Grécia e Jugoslávia - aprox. 75% Portugal - aprox. 55%

Alfabetização e Escola em Portugal no século XX: Censos Nacionais e estudos de caso, António Candeias, Eduarda Simões. In: *Análise Psicológica* (1999), 1 (XVII): 163-194

QUADRO 2

No segundo quadro analisamos a situação de PORTUGAL quanto às taxas de **Analfabetismo** a partir de 1970.

Ano	Total	Masculino	Feminino	Taxa de Analfabetismo
1970	1.795.210	640.990	1.154.220	25,7%
1981	1.520.474	532.704	987.770	18,6 %
1991	955.571	317.525	638.046	13,7 %
2001	838.140	281.889	556.251	6,3 %
2011	499.936	159.705	340.231	5,2 %

População residente analfabeta com 10 e mais anos segundo os Censos: total e por sexo

Fontes de Dados: INE - X, XI, XII, XIII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População. Fonte: PORDATA

QUADRO 3

Apresenta a percentagem de Analfabetismo em 1970, por Distritos, da População residente em Portugal, com 14 ou mais anos.

Dos dados disponíveis, seleccionei os que respeitam aos Distritos da Zona Centro.

Distritos	População Residente	Pop. Residente c/ 14 anos ou mais (Estimativa)	Individuos c/ 14 anos ou mais que não frequentaram o ensino primário (%)
AVEIRO	545 230	403 470	46,9
C. BRANCO	254 355	188 222	61,4
COIMBRA	399 390	295 541	58,5
GUARDA	210 720	155 932	59,8
LEIRIA	376 940	278 935	58,8
UISEU	410 795	303 908	58,3

Quadro retirado de um trabalho de António Teodoro, publicado em 1977

Estas pessoas, hoje com 60 anos são pais e avós. Que Hábitos de Leitura induziram eles nos seus filhos e netos?

Quadro 4

Taxa de Analfabetismo nos Concelhos que constituem a Zona da CIM-RC

Concelho	População	Taxa de Analfabetismo
Cantanhede	36595	6,8
Coimbra	143396	3,6
Condeixa	17078	6,61
Figueira da Foz	62125	5,99
Mira	12465	6,86
Montemor-o-Velho	26171	7,45
Penacova	15251	7,36
Soure	19245	10,25
Arganil	12145	8,03
Góis	4260	10,34
Lousã	17604	3,73
Miranda do Corvo	13098	5,43
Oliveira do Hospital	20855	7,26
Pampilhosa da Serra	4481	15,91
Penela	5983	8,38
Tábua	12071	7,62
Vila Nova Poiares	7281	5,63
Mortágua	9607	7,33
Mealhada	20428	4,73

Dados reunidos a partir dos Censos de 2011

Ainda a população que nos Censos de 2011 declarou não possuir qualquer Ciclo de Ensino completo.

- Portugal - 10,4%
- Zona Centro- 12,6%
- Zona da CIM-RC 22,2%

E também a média de Analfabetismo segundo os Censos de 2011

- CIM-RC - 7,33%
- Zona Centro - 6,4%
- Portugal - 5,2%

E as Bibliotecas?

Que relação poderemos estabelecer entre esta situação e as Bibliotecas?

Analisemos agora o percurso das Bibliotecas em Portugal.

Apesar de existir legislação para a criação de Bibliotecas Públicas e Escolares em Portugal desde o século XIX, a verdade é que até ao final da primeira metade do século XX existiam em Portugal apenas as Bibliotecas Públicas das grandes cidades destinadas a elites letradas.

A inexistência de uma Política de Leitura para o País, a falta de instalações, a falta de Profissionais preparados para assumir tecnicamente as Bibliotecas e uma indústria Editorial incipiente impediram que houvesse algum desenvolvimento consistente na criação e sucesso de Bibliotecas Públicas e Escolares

Em 1958 a Fundação Calouste Gulbenkian inicia uma Rede de Bibliotecas Públicas que implementa em Portugal duas práticas básicas da Leitura Pública: o **empréstimo domiciliário** e o **livre acesso às estantes**. Realidade inexistente em Portugal, salvo raríssimas exceções, até essa época.

Esta Rede de Bibliotecas embora preciosa para a insustentável situação do nosso País no que concerne a Hábitos de Leitura face ao que se passava no resto da Europa, sofre de algumas limitações que impedem o verdadeiro sucesso da iniciativa: falta de instalações adequadas ao funcionamento das Bibliotecas e a inexistência de quadros técnicos. Muitas das Bibliotecas eram instaladas em espaços diminutos, cedidos em muitos casos por Associações e entregues a encarregados com poucas habilitações académicas e pouco conhecedores da ciência Biblioteconómica.

Por influência de um Grupo de Bibliotecários, alguns aqui presentes e de pessoas conscientes da grave lacuna que existia em Portugal o Estado assume finalmente na década de 80 do século XX, o seu dever de criar uma Rede de Bibliotecas Públicas. Nasce a Rede Nacional de leitura Pública.

Com um trabalho extraordinário de sensibilização junto dos Autarcas para aderirem ao Programa, o grupo liderado pela Dra. Maria José Moura, conseguiu em pouco tempo um conjunto de candidaturas que conduziu à abertura das primeiras Bibliotecas Municipais. Nessa época, em que começavam a chegar a Portugal os Fundos Comunitários, tornou-se relativamente fácil a construção de um conjunto de edifícios para acolher as novas Bibliotecas. Simultaneamente os cursos de BAD para Bibliotecários e Técnicos de Bibliotecas difundiam-se por todo o País.

Estavam pois criadas as condições que faltaram no passado: edifícios, fundos documentais e recursos humanos, devidamente preparados para desenvolver nas Bibliotecas todas as tarefas inerentes ao seu funcionamento.

No entanto...

Verificamos com angústia que na verdade a Rede Nacional de Leitura Pública é uma falácia. Não existe. O que existe é um conjunto de edifícios espalhados pelo País que apresentam todas as condições para que aí funcionem Bibliotecas. Mas uma rede é muito mais do que isso.

Onde falhámos?

Falhámos, entre outras razões, porque nos contratos que a Tutela assinou com os Municípios apenas se pensou nos edifícios, no equipamento, nos fundos documentais e nos profissionais, mas não se pensou nas estratégias para o desenvolvimento de Hábitos de Leitura em Portugal.

O que faltou?

O que faltou foi uma Política de Leitura consistente com objectivos definidos e estratégias claras para que Portugal saísse finalmente do atraso intelectual que o amarfanha há séculos e atingisse os níveis de literacia que os outros países europeus atingiram no século XIX.

Talvez se tenha tomado como certo que a simples presença da Biblioteca Pública e de um Programa de Promoção da Leitura seriam o suficiente para que as populações desenvolvessem Hábitos de Leitura inexistentes.

Ao entregar às Câmaras Municipais estes equipamentos, sem exigir contrapartidas no desenvolvimento de estratégias conducentes à criação Hábitos de Leitura no Concelho, a Tutela matou a Rede. Entregues a si próprios, Bibliotecários e Autarcas criaram a Biblioteca à luz da sua sensibilidade e dos seus conhecimentos.

Em alguns casos as Bibliotecas transformaram-se em pequenos centros recreativos, noutras os Bibliotecários fazem o pino para dar algum movimento que sirva as estatísticas; Em algumas Bibliotecas, permitiu-se a sua abertura sem o número mínimo de quadros técnicos e entregou-se a Biblioteca a pessoas sem formação biblioteconómica; Em algumas Bibliotecas o edifício e equipamento luxuosos levou todo o dinheiro, pouco sobrando para fundos documentais; Há situações em que os Bibliotecários são substituídos por pessoas da confiança dos executivos, ficando, como se diz em linguagem popular, na prateleira; Há situações em que os Bibliotecários são “desviados” para outras funções consideradas mais importantes para os objectivos dos executivos camarários; Em muitas bibliotecas não há verbas atribuídas para a aquisição de Fundos documentais. Enfim, a diversidade é grande,

mas é preciso não esquecer os casos de sucesso que também existem de norte a sul do País. O que estou a analisar não diz respeito a casos particulares, mas sim à generalidade das situações. Estas situações acontecem, não porque os Autarcas estejam contra a existência de Bibliotecas, mas porque, em muitos casos não sabem muito bem para que serve aquele equipamento.

E os leitores?

Registando uma realidade mais próxima verificamos que embora o Analfabetismo tenha vindo a cair ao longo dos anos, está ainda longe de atingir a percentagem que outros países atingiram há um século. No nosso País a percentagem de pessoas que apenas frequentaram as primeiras letras é elevadíssima. Cerca de 22% de habitantes dos Concelhos que fazem parte da CIM-RC declarou nos últimos censos não ter terminado qualquer nível de ensino.

Que Hábito e Gosto pela Leitura poderão transmitir aos seus filhos e netos?

Analisemos vários factores que podem determinar a escassez de Leitores:

- Taxa de Analfabetismo de há 10, 20 ou 30 anos influencia os Hábitos de Leitura entre a população, principalmente porque não há hábitos de Leitura em Família.
- Analfabetismo Funcional: os jovens que abandonam ou terminam o ensino obrigatório sem ter criado Hábitos de Leitura, mesmo tendo sido alunos razoáveis, regridem rapidamente, esquecendo progressivamente o que aprenderam, porque não praticam a leitura e não se sentem motivados para procurar informação que lhes permita continuar a aprender e a enriquecer-se culturalmente.

Parece-me importante definir **analfabetismo funcional ou iletrismo** como: “a incapacidade para dominar as competências e os meios necessários à inserção profissional, à vida social e familiar e à participação activa na vida da sociedade e, isso, não obstante os saberes adquiridos nos anos de escolaridade.”

Em Portugal o analfabetismo funcional não pára de crescer. Verificamos esse fenómeno todos os dias. O estudo “A Literacia em Portugal: Resultados de Uma Pesquisa Extensiva e Monográfica” de 1996, coordenado por Ana Benavente foi o primeiro estudo sobre Literacia que se fez em Portugal. Este Estudo Nacional de Literacia vem revelar que “muitos adultos têm sérias dificuldades de processamento da informação escrita, que lhes diminuem a capacidade de participação na vida social, em planos como os do exercício da cidadania, das possibilidades profissionais e do acesso à cultura”.

Quatro anos depois um projecto coordenado pelo Office for National Statistics, em Londres, e que envolveu quatro países (Reino Unido, França, Suécia e Portugal) vem confirmar, em 2000, que Portugal detém “um perfil de competências

de literacia preocupante, mas não surpreendente, tendo em conta os atrasos históricos no processo de escolarização”

Em 2008 Patrícia Ávila afirma num estudo sobre Iletrismo em Portugal que “os défices de escolarização que afectam a grande maioria da população são reforçados, e agravados, por níveis de literacia desses mesmos indivíduos ainda mais baixos do que seria de prever”. Este é o verdadeiro drama que nos atinge, que nos amordaça sendo um dos factores que impede a criação de riqueza e desenvolvimento do País.

Ora criar hábitos de leitura nestas condições é realmente uma tarefa árdua que só terá sucesso se bem orientada e apoiada. Na verdade a Escola ensina a ler, mas raramente cria o Gosto pela Leitura. Sabemos que o gosto pela leitura se desenvolve em dois momentos: na **aprendizagem** e na **prática**. Para gostar de ler precisa de saber ler, mas se não pratica a leitura não pode saber ler.

A escrita, como mecânica de articulação de signos que reproduzem sons, é a verdadeira revolução da História da Humanidade, porque permitiu o desenvolvimento intelectual do homem primitivo tendo sido determinante para o progresso das ideias, das tecnologias, do desenvolvimento social e consequente afirmação do homem contemporâneo.

A ligação entre sons, escrita e sentidos ou significados está na base de toda a problemática da Leitura. Quando lemos, fazemo-lo porque conhecemos o código e dominamos o mecanismo da leitura atribuindo aos diversos sons a sua correspondência gráfica. Todavia saber ler e dominar o mecanismo da leitura não é suficiente para atingir a plenitude da leitura. Esta é atingida quando se transpõe a compreensão das ideias expressas no texto e se tocam os sentidos e isto só é realizado quando a mecânica da leitura está perfeitamente adquirida o que só se consegue com a prática. Daí a importância das Bibliotecas, Públicas e Escolares. As Escolares porque permitem o enriquecimento do acto de Ensinar e de Aprender; as Públicas porque acompanham os cidadãos ao longo da vida e lhes dão as condições para se auto formarem, desenvolverem e enriquecerem intelectual e culturalmente.

Gosto da metáfora “Fogueira de ramos verdes”, título de um livro de Alice Gomes editado em 1979, aplicada à criação de Hábitos de Leitura. Mal nos descuidamos, já se apagou e se entretanto choveu e a temperatura é baixa recomeçar é extremamente difícil.

É pois urgente mudar de paradigma. É urgente que haja uma verdadeira Política Nacional de Leitura que envolva todos os que podem de alguma forma intervir no processo.

Na verdade os Hábitos de Leitura continuam incipientes em muitas zonas do País ficando as Bibliotecas desertas, sem leitores.

Poderemos colocar então a questão: serão necessárias as Bibliotecas? A essa pergunta respondemos com a lição que a História dos países desenvolvidos nos dá, onde o processo de Alfabetização foi acompanhado pela criação de Bibliotecas. As Escolas nesses Países nasceram da Leitura e das Bibliotecas. Ao contrário, em Portugal o ensino não contava com a mais-valia das Bibliotecas até há muito pouco tempo.

A importância da Leitura e da criação de Hábitos de Leitura é uma realidade constante. Dou um exemplo: o acesso digital dos Municípios aos serviços do Município é uma hipótese atraente e que as novas tecnologias da informação tornam cada vez mais acessível. Mas para que essa possibilidade se torne realidade não é suficiente o acesso informático, nem saber lidar com as novas tecnologias. É fundamental que os Municípios saibam ler e interpretar o que está escrito nos documentos disponibilizados on-line. Para isso é preciso, para além de saber ler, também praticar a leitura.

As Bibliotecas constituindo o acesso mais democrático à Leitura são pois imprescindíveis para o desenvolvimento do País, de uma Região e fundamentalmente para o desenvolvimento ao nível local. Só com cidadãos capacitados para viver no mundo de hoje e enfrentar os desafios que a sociedade actual nos apresenta, será possível contribuir positivamente para o desenvolvimento económico, social e cultural do nosso País.

Então o que proponho, respondendo ao desafio que é lançado neste Encontro, é o seguinte:

É urgente criar uma Política de Leitura para o País com estratégias claras e objectivas. Essa será uma responsabilidade da Tutela através da DGLAB ou outra sigla, em conjunto com as Autarquias e Bibliotecários.

Deixo aqui esse desafio ao Senhor Director da DGLAB Dr. José Manuel Cortês para que em conjunto com os Bibliotecários, através do Grupo de Trabalho de Leitura Pública da BAD e as Autarquias, procure encontrar soluções para este problema, nomeadamente através de propostas concretas sobre o que se espera da Rede Nacional de Leitura Pública, propostas essas que possam ser apresentadas a quem superiormente possa decidir.

É urgente reformular / criar novos contratos programa entre a Tutela (Governo, Ministério da Cultura, Secretaria de Estado) e as Autarquias, desta vez não para a construção de edifícios mas sim para o funcionamento das Bibliotecas, onde se estabeleça claramente as responsabilidades de cada uma das partes.

Fazendo parte da Rede Nacional de Leitura Pública, a Biblioteca Municipal não pode estar apenas sob a Tutela do Município, mas terá que haver responsabilidades a nível central que permitam criar Políticas Concelhias para a **Criação de Leitores**.

As atribuições do Bibliotecário de Leitura Pública deverão estar perfeitamente definidas quanto ao seu papel central na Coordenação e no prosseguimento da Missão da Biblioteca de Leitura Pública, bem como o papel de todos os profissionais afectos à Biblioteca. É urgente a clarificação da situação destes profissionais que pertencem a quadros das Autarquias, mas desenvolvem um trabalho de relevância Nacional e se enquadram em **objectivos nacionais**.

Como estruturar a Rede?

Penso que estruturar a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas tendo em conta a participação de várias Instituições com atribuições específicas para cada uma das partes na sua organização, desenvolvimento e implementação no terreno é um desafio muito interessante que obrigatoriamente terá de envolver:

a) - O Poder Central através de uma **política de leitura nacional**

b) - As estruturas regionais através das CIM para apoio a candidaturas aos actuais quadros de apoio comunitários e programa de formação adequada às necessidades das Bibliotecas nas suas Estratégias Concelhias, apoio à Criação de Redes interconcelhias de Bibliotecas com Catálogos Bibliográficos partilhados, facilidades no Empréstimo Interbibliotecas e projetos comuns.

c) - As Autarquias com uma Política de Leitura adaptada à realidade do Concelho, com estratégias definidas e objectivos concretos, dando à Biblioteca Municipal o estatuto que ela deve ter como estrutura fundamental a par dos estabelecimentos de ensino, para o desenvolvimento do Concelho.

A diversidade sempre foi uma das maiores riquezas da Humanidade. Cada Biblioteca é um caso: o meio social em que está inserida, o nível de Literacia da Comunidade, a sensibilidade e capacidade de liderança de quem a coordena, a sensibilidade do Executivo, sei lá! Imensas variáveis que dificilmente se podem reunir num documento e constituir em regras. No entanto é fundamental haver objectivos comuns que vão do Poder Local ao Poder Central. Objectivos que cada Concelho procurará alcançar a partir da sua realidade social e económica.

Estou consciente que não é uma tarefa fácil, não é, mas se não tivermos a coragem de avançar, daqui a 50 anos outros estarão confrontados com os mesmos problemas e acusar-nos-ão por não termos sabido aproveitar os meios que temos à nossa disposição contribuindo para a melhoria das suas condições de vida.

Temos os meios, só precisamos de saber o que fazer com eles. A Missão das Bibliotecas Públicas deve estar centrada na efectiva contribuição para a criação de Hábitos de Leitura no Concelho onde estão instaladas, a par das Escolas e outras Instituições interessadas nos mesmos objectivos contribuindo assim para o aumento da Literacia a nível Nacional

De outro modo não chegamos a lado nenhum e um dia destes, olhando para as estatísticas de muitas das Bibliotecas Públicas, os Autarcas pensarão porque é que têm de sustentar uma estrutura que afinal pouca mais valia traz ao Concelho e transformá-la-ão em espaços recreativos que nada terão a ver com a Leitura e assim se perde mais uma oportunidade que não soubemos aproveitar.

A BAD tem aqui um papel muito importante. No entanto, também a BAD tem de saber como apoiar os seus Associados e também ela deve ter objectivos muito concretos para a Leitura Pública. A criação do Grupo de Trabalho de Leitura Pública que hoje está aqui representado pelo colega Bruno Duarte Eiras é um passo em frente, no entanto espera-se do Grupo dinâmicas de trabalho que ainda não aconteceram. Eu sei que tem sido feito um esforço nesse sentido, mas parece-me que ainda não foi encontrada uma “receita” que dê resultado. Que tal uma estrutura mais descentralizada com a criação de Grupos de Trabalho Regionais, seguindo a estrutura da BAD, que pudessem dar contributos ao todo nacional?

A verdade é que:

Não podemos estar sempre a olhar para o quintal do nosso vizinho, admirando as belíssimas alfaces que ele cultiva. Temos de olhar para o nosso, analisar as condições, procurar conselhos, e pôr mãos à obra. Possivelmente, se trabalharmos muito ainda teremos alfaces melhores que as dele.

Termino com uma frase que é minha e de que gosto muito:

“Os países desenvolvidos distinguem-se dos outros pela utilização racional e inteligente dos seus recursos.”

Margarida Custódio Fróis

Notas:

- Comunicação baseada na minha Tese de Mestrado “Hábitos de Leitura e Sucesso Escolar: Caminhos para o Futuro” - Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa, 2005

- Este texto não respeita o AO de 1990